



INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS





INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS



INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

República Federativa do Brasil

Jair Messias Bolsonaro - Presidente

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ricardo de Aquino Salles - Ministro

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Homero de Gorge Cerqueira - Presidente

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)

Marcos de Castro Simanovic - Diretor

Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP)

Daiane Daniele Santos Rocha - Coordenadora-Geral

Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST)

Roberta Barbosa - Coordenadora

Organizadores

Antonio Cesar Caetano – ICMBio

Beatriz Nascimento Gomes - ICMBio

Josângela da Silva Jesus - ICMBio

Lílian Miranda Garcia - ICMBio

Serena Turbay dos Reis - ICMBio

Colaboradores

Bruno Cezar Vilas Boas Bimbato - ICMBio

Cristina Batista - ICMBio

Elisabete Hulgado Holanda - ICMBio

Luciana Nars - ICMBio

Maria Carolina Alves de Camargos - ICMBio

Raiane de Melo Viana – ICMBio

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Júlia Fonseca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I619 Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais / organizadores
Antonio Cesar Caetano [et al.] ; colaboradores Bruno Cezar Vilas Boas
Bimbato [et al.] . – [S.l.] : ICMBio, 2018.
73 p.

ISBN 978-85-61842-94-9

1. Interpretação ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Unidades de conservação federais. I. Caetano, Antonio Cesar (org.). II. Bimbato, Bruno Cezar Vilas Boas.

CDD – 333.707

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia:

financiado pela Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Aos representantes do USDA Forest Service:

Michelle Zweede, Steve McCool, Bonnie Lippitt, Chris Mayer, Suelene Couto, Lorena Brewster.

Aos instrutores da National Association for Interpretation (NAI):

Lisa Brochu, Tim Merriman, Emily Jacobs, Karin Hostetter.

Aos representantes da Universidade Parceira:

Ryan Finchum e Jim Barborak da Universidade Estadual do Colorado.

Aos que cederam as imagens que ilustram esta publicação:

Acervo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Beatriz Nascimento Gomes, Fernando Tatagiba, Josângela da Silva Jesus, Marco Sarti/WWF Brasil

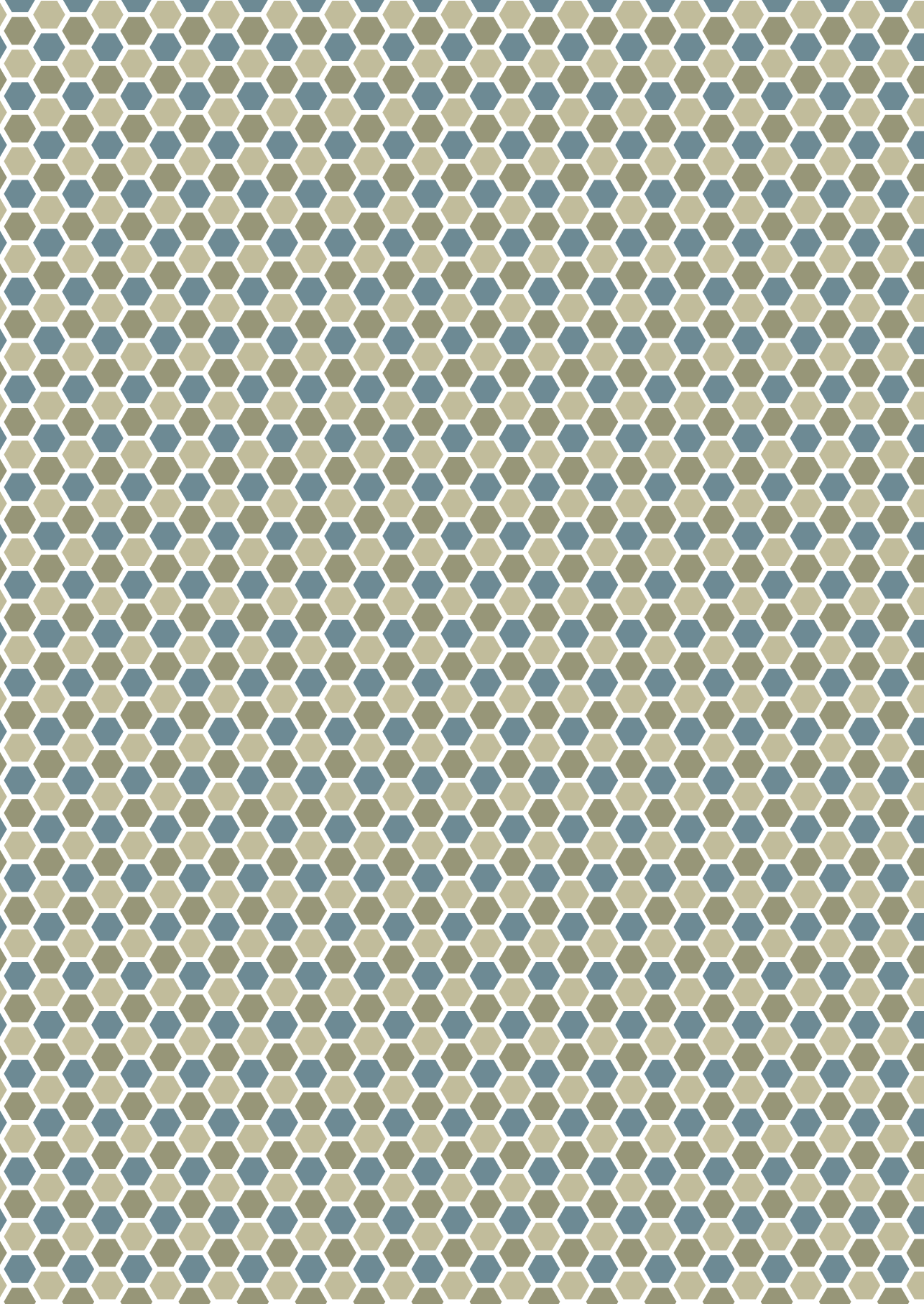
O conteúdo deste documento foi aprovado pela Presidência do ICMBio por meio da Portaria nº 1161, de 26/12/2018, publicada no Diário Oficial da União em 28/12/2018.

Sua versão digital pode ser encontrada em:

https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf

A impressão desta publicação foi realizada em 2020.

A reprodução integral ou parcial deste material é vedada para fins comerciais. A utilização para fins não comerciais é autorizada, desde que citada a fonte.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PREFÁCIO	8
PARTE I	11
1. INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	12
2. A IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NO ICMBIO	13
3. DIRETRIZES PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NO ICMBIO	16
PARTE II	19
4. OS PILARES DA INTERPRETAÇÃO	20
4.1. CONHECIMENTO DO RECURSO	21
4.2. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO PÚBLICO	22
4.3. UTILIZAÇÃO DE MEIOS APROPRIADOS	28
5. AS QUALIDADES ESSENCIAIS DA INTERPRETAÇÃO	36
6. OBJETIVOS INTERPRETATIVOS	42
7. PLANO E PROJETO INTERPRETATIVO	43
8. MONITORAMENTO	47
REFERÊNCIAS E LITERATURA SUGERIDA	52
APÊNDICE	59
GLOSSÁRIO	68

APRESENTAÇÃO



A interpretação ambiental é uma ferramenta poderosa de sensibilização porque *fala* direto ao indivíduo e procura criar uma empatia e identificação pessoal entre o público e aquilo que queremos proteger.

Como o próprio nome sugere, a interpretação oferece a oportunidade para que as pessoas compreendam a riqueza da nossa natureza, da nossa cultura e da nossa história, a partir das habilidades do intérprete em *traduzir* as informações técnicas e científicas de uma forma que cada um as consiga relacionar com sua própria vida. É a partir daí que a conservação ganha mais aliados e as mudanças positivas de comportamento podem ocorrer de forma crescente e duradoura.

Seja qual for o objetivo específico do trabalho de cada unidade, a interpretação está ligada ao cumprimento da nossa missão institucional de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. A dimensão dessa tarefa é gigantesca e desafiadora, tamanha a diversidade de tipos de recursos a serem interpretados e públicos que precisamos sensibilizar. Os números de visitantes nas unidades de conservação federais crescem aos milhares todos os anos, mas estes não são nosso único interesse. Precisamos aprimorar a interpretação da sociobiodiversidade e da missão do ICMBio na região de entorno das unidades de conservação, aos moradores de seu interior, nas áreas abertas ao público nos centros nacionais de pesquisa e conservação e em tantos outros locais onde desenvolvemos nossas atividades profissionais. Não é possível avançar sem conhecimento e planejamento.

Esta publicação traz uma abordagem inicial sobre a interpretação e busca contribuir para reduzir a grande lacuna de textos básicos sobre o tema, disponíveis no Brasil. Não se pretende esgotar o inesgotável, mas sim oferecer noções simples e despertar o interesse daqueles envolvidos com a conservação do patrimônio natural e sociocultural brasileiro por esta estratégia de aproximação e comunicação com o público, que vem sendo fortalecida no ICMBio e transformando a relação do Instituto com a sociedade, de norte a sul do país.

Pedro de Castro da Cunha e Menezes

PREFÁCIO



Em 1957, a convite do Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos, o autor Freeman Tilden publicou *Interpreting our Heritage*. Este livro ajudou a definir e lançar a “interpretação” como uma profissão e afirmá-la como um componente importante na proteção e gestão de terras públicas. Desde então, os acadêmicos aumentaram nosso entendimento sobre interpretação eficaz e os intérpretes profissionais agora trabalham nos Estados Unidos em áreas protegidas nacionais, estaduais e locais, bem como museus, zoológicos, aquários, centros de natureza e empresas de viagens do setor privado.

Em 2007, o Brasil criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com a atribuição de implantar, na esfera federal, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Desde o início, os gestores do ICMBio entenderam a importância de conectar os brasileiros ao seu patrimônio natural e cultural e a necessidade da Instituição desenvolver e implementar um programa interpretativo para realizar esta tarefa. Em 2012, o ICMBio convidou o setor de Programas Internacionais do Serviço Florestal dos Estados Unidos para realizar um curso sobre Interpretação Ambiental, dando o primeiro passo no que seria uma incrível jornada.

Com determinação, paixão e comprometimento, durante os 6 anos seguintes o ICMBio fez um progresso significativo no sentido de cumprir sua missão de sensibilizar e aproximar o cidadão brasileiro ao seu patrimônio. Parte desse progresso incluiu o avanço do uso da interpretação como ferramenta de conservação socioambiental. Trabalhando no âmbito da Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia, apoiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e tendo o Serviço Florestal dos Estados Unidos como parceiro técnico, o ICMBio formou uma equipe núcleo especializada em interpretação, com competências e habilidades para conduzir treinamentos sobre interpretação para colegas de trabalho, parceiros e condutores comunitários. Com os membros da comunidade como principais aliados para os esforços de conservação, a interpretação tornou-se um componente-chave da estratégia de envolvimento e engajamento do ICMBio. Essa equipe também trabalha na elaboração dos planos interpretativos para unidades de conservação, projeto e

produz materiais e exposições interpretativas e ajuda a desenvolver programas e serviços eficazes para conectar as comunidades locais e os visitantes às áreas protegidas do Brasil.

É igualmente importante formalizar e documentar essas políticas, processos e boas práticas. Isso garante que o conhecimento adquirido e as lições aprendidas sejam compartilhados e implementados com sucesso no Instituto e além dele. O livro, *Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais*, é mais um passo na evolução do Programa de Interpretação do ICMBio, estabelecendo uma base sólida sobre a qual continuar a construir. Este livro fornece um excelente complemento de conteúdo e conceitos básicos de interpretação, juntamente com algumas diretrizes institucionais, e continuará a ajudar a expandir o número de unidades que estão desenvolvendo ativamente programas de interpretação e a ressaltar a importância da Interpretação para o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, e a sociedade brasileira.

Foi uma honra e um grande prazer pessoal e profissional participar juntamente com o ICMBio nesta parceria e nesta jornada. Sabemos que o futuro da Interpretação no ICMBio e no Brasil está em mãos muito capazes e profundamente comprometidas.

Bonnie Lippitt

Serviço Florestal dos Estados Unidos

Ryan Finchum

Universidade Estadual do Colorado

PARTE I



1. Interpretação Ambiental

A função de intérprete dos recursos naturais de uma região e da cultura de um povo é tão antiga quanto a humanidade. As inscrições rupestres, a tradição oral de transmissão dos saberes e valores de um povo, as histórias de família contadas em torno da fogueira ou de uma roda de chimarrão são exemplos de formas pelas quais os conhecimentos e a cultura são passados de geração em geração.

Como atividade oferecida aos visitantes em áreas naturais e sítios históricos, a interpretação teve sua primeira definição formulada nos Estados Unidos por Freeman Tilden no livro *Interpreting our Heritage*, de 1957. A partir de então, a atividade se consolidou e passou a ser formalmente implantada e reconhecida em diversas partes do mundo. Os conceitos apresentados nesta publicação estão fundamentados em uma ampla literatura técnica consolidada por vários autores, cujas obras estão relacionadas no item Referências bibliográficas e literatura sugerida.

Jornalista e escritor, Tilden fundamentou seu trabalho na observação das formas de comunicação com o público em diversas instituições por ele visitadas e conceituou a interpretação como: “uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos”¹.

Muitos outros autores e organizações criaram sua própria definição para a atividade de interpretação, visando adequá-la à sua prática ou à filosofia institucional. A maioria delas tem em comum que a interpretação é um processo particular de comunicação que vai além da informação: busca revelar significados e conectar o público aos recursos apresentados. Conheça agora algumas delas:

“A interpretação é um método de comunicação que traduz a linguagem técnica de uma ciência natural ou área relacionada, em terminologias e ideias que as pessoas que não são cientistas possam entender”. Sam Ham, 1992.

“Um processo de comunicação, com base em uma missão, que forja conexões emocionais e intelectuais entre os interesses do público e os significados inerentes ao recurso”. Associação Nacional para Interpretação (Estados Unidos).

1 Tradução livre da definição original encontrada em Tilden, 2007.

“A interpretação é um catalisador para criar na audiência a oportunidade de formar suas próprias conexões intelectuais e emocionais com os significados e a importância inerentes ao recurso”. Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, 2001.

Além da proposição de uma definição formal para a atividade de interpretação do patrimônio, em *Interpreting our Heritage* Tilden estabelece seis princípios fundamentais, que têm por objetivo identificar a filosofia que sustenta essa prática e, de certa forma, organizar as bases da interpretação. São eles:

(i) *Qualquer interpretação que, de alguma forma, não relaciona o que está sendo mostrado ou descrito a algo da personalidade ou da experiência do visitante será estéril.*

(ii) *Informação, por si só, não é interpretação. Interpretação é a revelação baseada na informação. Elas são coisas completamente diferentes; entretanto, toda interpretação inclui informação.*

(iii) *Interpretação é uma arte que combina muitas artes, quer o material apresentado seja científico, histórico ou arquitetônico. Toda arte pode ser ensinada em um certo grau.*

(iv) *O objetivo principal da interpretação não é a instrução, mas a provocação.*

(v) *A interpretação deve procurar apresentar um todo ao invés de uma parte e deve se dirigir à pessoa como um todo ao invés de um aspecto dela.*

(vi) *A interpretação dirigida a crianças (até a idade de 12 anos) não deve ser uma forma diluída da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem totalmente diferente. Para explorar todo seu potencial, requer um programa separado.*

2. A importância da

Interpretação Ambiental no ICMBio

No Brasil, a interpretação aparece pela primeira vez no Regulamento de Parques Nacionais, em 1979, sendo depois incluída como um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Somente em 2006, porém, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu uma definição para interpretação ambiental: **uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local**².

De forma complementar e visando a implantação da interpretação ambiental como uma das ferramentas de gestão na instituição, o ICMBio adotou, em 2017, o seguinte conceito: **a interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido**³.

O fortalecimento da interpretação ambiental no ICMBio teve início em 2012, por meio de parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos. Desde então, é um dos temas prioritários no processo de capacitação continuada composto por cursos no Brasil, visitas técnicas aos Estados Unidos e desenvolvimento de projetos em áreas demonstrativas de boas práticas de gestão do uso público.

Para internalizar a interpretação ambiental como uma das ferramentas a serem utilizadas pelo ICMBio e conferir a ela identidade institucional, foi estabelecida, em 2016, uma equipe técnica ampliada junto à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP). A equipe atua na proposição de diretrizes e orientações para desenvolvimento de ações de interpretação no Instituto, na capacitação de condutores de visitantes, servidores e parceiros e na elaboração de planos e projetos interpretativos em UC de diferentes biomas.

A metodologia de elaboração de planos de manejo das unidades de conservação (UC) federais estabelecida pela Instrução Normativa (IN) nº 07/2017 destaca a interpretação ambiental de forma inédita em relação aos roteiros de planejamento anteriores. Com a finalidade de alinhar as ações institucionais à proposta de planejamento então em discussão, um dos primeiros produtos elaborados pela equipe técnica ampliada consistiu na elaboração de conceitos e diretrizes para implementação da interpretação ambiental no ICMBio, complementares às diretrizes estabelecidas pelo MMA.

A interpretação ambiental, portanto, é uma eficaz ferramenta de manejo de UC que ajuda, de maneira direta, na redução dos impactos ambientais negativos e na potencialização dos impactos sociais positivos e, de forma indireta, no aumento dos impactos econômicos positivos decorrentes da atividade de visitação. Além do potencial de sensibilização de visitantes em unidades de conservação e centros

3 Este conceito, assim como o propósito da interpretação para o Instituto e outras definições relevantes foram definidos durante a Oficina da Equipe Técnica Ampliada de Interpretação Ambiental, realizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de 19 a 23 de junho de 2017.

nacionais de pesquisa e conservação, a interpretação pode e deve ser utilizada como estratégia de comunicação com outros públicos de interesse do ICMBio.

O próprio processo de construção participativa de planos e produtos interpretativos e de formação de condutores de visitantes tem se mostrado importante para aproximação e melhoria das relações entre a gestão de unidades e os atores locais, em especial os moradores, instituições parceiras e profissionais ligados à atividade turística.

Por ser um processo relativamente recente no ICMBio e estar, historicamente, no Brasil, relacionado a atividades com o público escolar, ainda existe uma considerável confusão entre interpretação ambiental e educação ambiental.

Embora a abordagem empregada pela interpretação possa ser aplicada em diferentes situações nas quais se pretende sensibilizar um determinado público, em sua origem ela foi desenvolvida para servir aos visitantes de áreas naturais, museus, sítios históricos e culturais. Ela tem como alvo principal pessoas que escolheram visitar um determinado local em seu momento de descanso ou lazer e que podem optar por participar, ou não, da atividade interpretativa que lhes é oferecida⁴.

Consideramos que desta característica deriva a primeira e mais evidente diferença entre a interpretação ambiental e a educação ambiental. Enquanto o público (indivíduos) da interpretação ambiental muda constantemente, a educação ambiental é um processo que trabalha de forma continuada com um público específico.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei nº 9.795/1999, que em seu Art. 1º estabelece que a educação ambiental se refere aos *processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade*.

Trata-se, portanto, de um conceito que vai além do senso comum, que considera como educação ambiental quase toda atividade mediada em áreas naturais que tenha o propósito de sensibilizar e/ou aprofundar os conhecimentos sobre um determinado assunto.

4 Ham, 1992; Tilden, 2007

Outro instrumento derivado da PNEA que traz elementos que corroboram as diferenças entre educação e interpretação ambiental é a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA. Apesar de parte dos princípios que orientam o desenvolvimento de ações de educação ambiental relacionadas às unidades de conservação, ser comum àquelas que norteiam as atividades de interpretação ambiental, como o diálogo e a interatividade, o pertencimento, a transdisciplinaridade, a ética ambiental e a valorização da cultura e do conhecimento tradicional local, **a educação ambiental no contexto da ENCEA é um processo político que tem ainda princípios como a justiça ambiental, o pensamento crítico e a emancipação.**

A educação ambiental é, portanto, um processo continuado e de maior complexidade, que visa promover a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão das unidades de conservação, enquanto a interpretação ambiental tem o propósito de sensibilizar os visitantes por meio do estabelecimento de conexões pessoais entre estes e o recurso protegido na unidade. Ambas têm um papel distinto e complementar na proteção e conservação do patrimônio protegido nas unidades de conservação brasileiras.

3. Diretrizes para a Interpretação Ambiental no ICMBio

Considerando o conceito de diretriz como sendo uma “maneira apropriada de se proceder, visando alcançar um objetivo”⁵, faz-se necessário também uniformizar outros conceitos e objetivos que deverão ser trabalhados tanto nas capacitações quanto na elaboração de produtos relacionados à Interpretação. Assim, como resultado do acúmulo das experiências institucionais e, principalmente, buscando um alinhamento às estratégias de abordagem da ferramenta, o ICMBio estabelece as seguintes diretrizes:

5 Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes. ICMBio, 2018.

1

Desenvolver ações de interpretação ambiental nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação de acordo com os conceitos, métodos e roteiros adotados pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

2

Elaborar os planos e produtos interpretativos com o objetivo de contribuir para a divulgação da missão institucional e dos objetivos das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, em busca de apoio da sociedade para o cumprimento dessa missão.

3

Conceber planos e produtos interpretativos baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, capazes de ir além de fornecer dados, e que transmitam mensagens que se conectem com as experiências individuais e provoquem emoções e reações no público.

4

Planejar as ações de interpretação ambiental de acordo com cada público que se pretende alcançar, utilizando técnicas diversificadas.

5

Utilizar os planos e produtos interpretativos, sempre que possível, para orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas unidades e os serviços de apoio à visitação prestados por terceiros.

6

Monitorar as ações de interpretação ambiental de forma sistemática, com o objetivo de aprimorá-las, avaliar seu impacto e o atendimento dos objetivos para os quais foram desenvolvidas.



PARTE II



4. Os pilares da interpretação

A interpretação ambiental é baseada na relação entre o conhecimento sobre os *recursos* a serem interpretados, o conhecimento do *público* alvo da atividade ou serviço interpretativo e o uso de *meios apropriados* para desenvolvê-la.

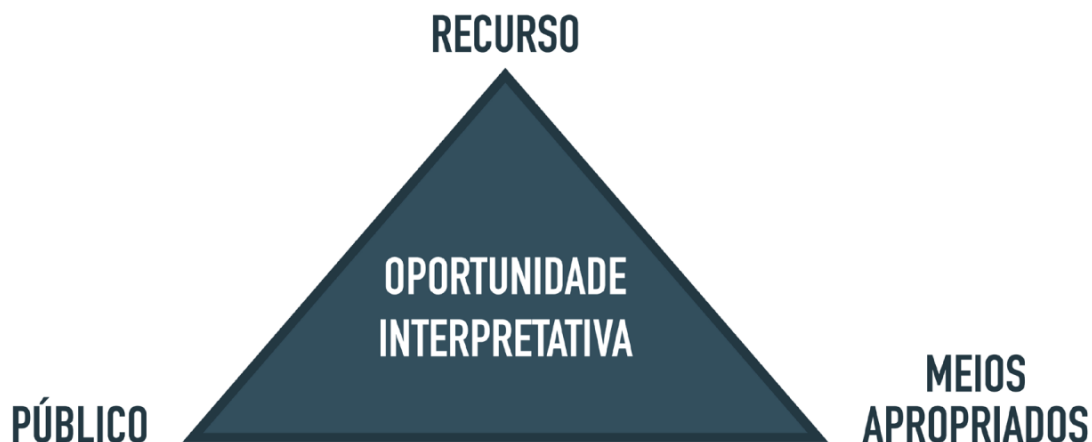


Figura 1: Triângulo Interpretativo
Fonte: adaptado do NPS, 2007

Esses três aspectos são requisitos básicos para a existência da oportunidade interpretativa, na qual o visitante terá as condições necessárias para vivenciar uma experiência que o conecte com os significados dos recursos. O triângulo interpretativo se apresenta como uma estratégia para melhor compreensão dos aspectos que devem ser observados para a aplicação da ferramenta.

A “oportunidade interpretativa” pode ser criada, mas como se trata de um processo pessoal, não há como garantir que a interpretação alcançará seu objetivo de tocar o coração do visitante⁶.

6 Brochu & Merriman, 2002

4.1. CONHECIMENTO DO RECURSO

Todos os lugares possuem recursos, que podem ser atributos naturais, históricos, culturais e/ou sociais, que são aptos a serem interpretados. Entretanto, qualquer que seja sua natureza, eles precisam ser bem conhecidos, tanto por aqueles que irão planejar o produto ou serviço interpretativo, como pelos intérpretes. Não se pode desenvolver a interpretação se não houver a definição clara do que deve ser interpretado. Esses recursos podem ser um lugar propriamente dito, pessoas, objetos, histórias, lendas, entre outros, com atributos tangíveis (características físicas) e intangíveis (significados).

Os “*atributos tangíveis*” são aqueles que podem ser percebidos pelos cinco sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar). Ao observar as características de um recurso, é possível perceber, por exemplo, se ele é liso ou áspero, claro ou escuro, antigo ou novo, se expele ou não odores, se tem algum sabor característico, se emite algum som. Essas características são objetivas, informações ou fatos que serão captados por cada um de forma parecida.

Por outro lado, o recurso também possui significados que não são percebidos pelos cinco sentidos. Um recurso, além de áspero, brilhoso e frio, pode também ter histórias relacionadas a ele, significados subjetivos que evocam sentimentos e estimulam a conexão emocional do indivíduo com o recurso. Deve-se identificar o quão significativo é o recurso para traduzir ao público os seus significados, os seus “*atributos intangíveis*”. Alguns componentes intangíveis são compreendidos por pessoas de qualquer origem ou cultura e, geralmente, representam valores fundamentais, como os relacionados à família, ao amor, à dor, dentre outros. São os chamados *intangíveis universais*⁷, conceito desenvolvido pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos. Conectar os aspectos tangíveis do recurso a seus significados intangíveis torna-o mais pessoalmente relevante e valioso para os visitantes⁸.

Existem alguns caminhos importantes e complementares para ajudar o planejador de produtos e serviços interpretativos a conhecer bem os recursos. O primeiro é **munir-se com informações corretas**, buscadas em fontes de pesquisa confiáveis. Essas fontes podem ser primárias, nas quais se coleta em primeira mão as informações, como por exemplo, registro sistematizado de observações

7 Larsen apud Ham, 2014

8 NPS, 2007

diretas, entrevistas e tomadas de fotografias e vídeos, ou secundárias, como a busca de informações em estudos acadêmicos já publicados, livros, visita a sítios de Internet confiáveis, relatos, mapas, arquivos e documentos oficiais.

O segundo caminho é a **imersão no ambiente**. É importante dedicar um tempo para conhecer os recursos pessoalmente, vivenciá-los e entender o contexto em que estão inseridos e como os visitantes se relacionam com esses recursos.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO PÚBLICO

Para realizar um bom trabalho de interpretação é importante conhecer o público alvo e direcionar adequadamente as estratégias de elaboração de produtos e serviços interpretativos, para que ele saia encantado com a experiência. Conhecer seu público é a forma mais eficiente de tomar um recurso relevante e criar conexões emocionais⁹. Para isso é importante entender seus interesses, expectativas, motivações, conhecimentos, experiências e contexto social.

Geralmente, o melhor momento para buscar informações sobre o público é antes de planejar os produtos, mas, com a experiência, ganha-se a capacidade de avaliar a audiência no início de uma apresentação e a tempo de realizar os ajustes necessários¹⁰.

Para realizar o diagnóstico prévio, pode-se buscar analisar relatórios e estudos de perfil de visitantes realizados pela organização responsável pela administração da área, pesquisas realizadas por órgãos oficiais de turismo e de meio ambiente ou instituições de ensino e pesquisa, *sites* oficiais, questionar pessoas que atuam na área há mais tempo, analisar comentários em redes sociais e *sites* de avaliação e opiniões sobre locais.

Algumas perguntas podem ajudar na identificação do público, como:

- Quem visita a unidade? De onde vem? Como os grupos são organizados?
- Quais são as experiências que o visitante deseja?
- O que buscam conhecer?
- O que desejam sentir?
- Quais são as necessidades de cada grupo?

9 Caputo et al, 2008

10 Brochu & Merriman, 2003

- O que tem agradado os visitantes durante as visitas?
- O que tem desagradado os visitantes durante as visitas?

Deve-se também verificar se há outros públicos potenciais e fazer uma projeção sobre possíveis visitantes.

Especialmente no que se refere a serviços de interpretação pessoal, a análise do público pode e deve ser complementada durante a visita através dos seguintes passos:

- Realizar observações informais (estilos de roupa, linguagem corporal, equipamentos que possuem, materiais de leitura etc.);
- Perguntar por que estão ali, que lugar semelhante já visitaram, o que gostam de fazer, quem já esteve no local antes, se possuem ou não experiência com o tipo de atividade a se realizar; e
- Conversar informalmente com os visitantes, para obter outras informações e para receber *feedback* honesto das atividades oferecidas.

Categorização do público

A identificação e compreensão dos diferentes perfis de visitantes, conforme seus interesses e preferências, é fundamental para organizar o planejamento da interpretação.

Quando se considera o uso público em unidades de conservação e centros nacionais de pesquisas e conservação, a maior parcela corresponde ao perfil identificado como visitante com fins recreacionais. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, vinculada à Organização das Nações Unidas (em inglês, *World Tourism Organization* - UNWTO), o visitante é um viajante que se desloca para um destino diferente de seu ambiente usual, por um período de permanência de menos de um ano, independente de pernoitar no local, e possui diferentes motivos para sua visita (negócios, lazer ou outro objetivo pessoal)¹¹. O visitante é classificado como turista quando sua viagem inclui pelo menos um pernoite no destino, ou como excursionista, quando não houver pernoite (Figura 2). O ICMBio adota o termo visitante porque engloba todos os que visitam uma área, seja por até um dia ou com pernoite.

11 UNWTO, 2014

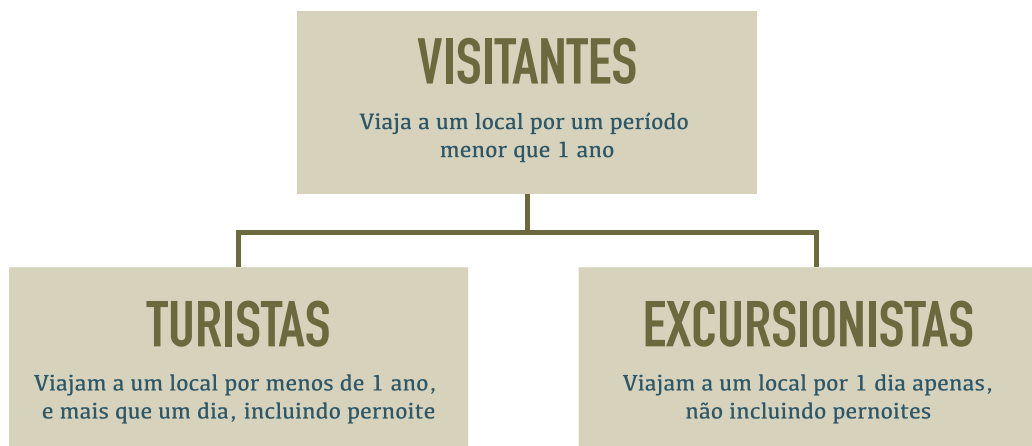


Figura 2 - tipos de visitantes
Fonte: ICMBio, 2018.

A interpretação é uma ferramenta de sensibilização que pode ser aplicada em situações que vão além daquelas relacionadas à visitação. Assim, para efeito do planejamento de produtos e serviços de cunho interpretativo, além dos visitantes com fins recreacionais, o público envolve outras categorias, conforme critérios que se mostrem adequados à realidade da área, a exemplo das categorias apresentadas a seguir.

Visitante: pessoa que visita a área de uma unidade de conservação de acordo com propósitos de uso recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso¹², conceito esse que pode ser aplicado também às pessoas que visitam estruturas ligadas aos centros nacionais de pesquisa e conservação, dentro dos objetivos e finalidades previstas por eles.

Trata-se de um público que procura a área para desfrutar de momentos agradáveis, majoritariamente em seu tempo livre, durante férias, feriados e finais de semana. Salienta-se, porém, que a definição institucional abrange também o público que visita a unidade com finalidade educacional, tanto em grupos organizados como individualmente, nas diferentes categorias de unidades de conservação e nos centros especializados.

12 Definição constante na Instrução Normativa ICMBio nº 05 de 01 de junho de 2018, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais.

De acordo com a procedência, os visitantes podem ser internacionais, nacionais, regionais ou locais, mas também podem ser classificados de acordo com a motivação de sua viagem (ecoturismo, de aventura, cultural, sol e praia etc.).

Moradores: são as pessoas que habitam no entorno ou dentro da unidade. Podem ser de comunidades tradicionais ou moradores de áreas urbanas, proprietários de terra e de empreendimentos. A importância de incluir esses públicos como alvo de um programa interpretativo é porque eles podem ser grandes aliados no alcance dos objetivos de conservação.

Estudantes: são as pessoas que visitam a área com fins educacionais, como parte de sua formação. Trata-se de um público que vai à área como parte de uma atividade acadêmica, em atividades organizadas previamente. Podem ser estudantes locais ou vindos de outras regiões, e de diferentes níveis de ensino. Mas na área, esperam estar em um papel diferente do estudante em sala de aula, usufruindo de uma experiência diferenciada, agradável e divertida.

Grupos com Interesse Específicos: incluem voluntários, pesquisadores, profissionais de comunicação, influenciadores digitais, financiadores, representantes institucionais, dentre outros, que não visitam a área necessariamente para ter um momento divertido, mas possuem objetivos específicos, relacionados principalmente à sua atividade profissional. Oferecer uma experiência marcante para esses grupos é importante, pois podem tornar-se amantes da área e contribuir com o alcance dos seus objetivos.

Além destas grandes categorias, no processo de planejamento há que se considerar as características de público cativo e não cativo. Esta terminologia se refere a um aspecto comportamental que interfere na forma como as pessoas poderão reagir a um produto ou serviço interpretativo¹³. A principal diferença é que o público cativo está no local por uma obrigação, como requisito para alcançar algum objetivo relacionado à sua vida profissional ou acadêmica, enquanto o não cativo visita o lugar para se divertir, se distrair.

13 Ham, 1992

PÚBLICO CATIVO	PÚBLICO NÃO CATIVO
Público que visita a área ou participa da atividade motivado por uma atividade obrigatória	Público que visita a área ou participa da atividade por escolha própria
Possui um tempo fixo para a visita	Geralmente possui flexibilidade de tempo para a visita
As recompensas externas são importantes	As recompensas externas não são importantes
Deve prestar atenção	Presta atenção por opção
Aceitará uma abordagem acadêmica formal	Espera uma atmosfera informal e uma abordagem não acadêmica
Fará um esforço para prestar atenção, mesmo se estiver entediado	Não prestará atenção se estiver entediado
Exemplos de motivações: nota, diploma, certificado, emprego, requisito acadêmico ou profissional, dinheiro, sucesso etc.	Exemplos de motivações: interesse pessoal, diversão, recreação, contemplação, atividades físicas, auto-enriquecimento, auto-aperfeiçoamento, qualidade de vida, passatempo.
Configurações típicas: sala de aula, cursos de treinamento de trabalho, seminários profissionais, estudos do meio, visitas técnicas)	Configurações típicas: unidades de conservação, museus, teatro, cinema; em casa assistindo TV, escutando rádio ou lendo revista.

Quadro 1 - Diferenças entre o público cativo e não cativo

Fonte: Adaptado de HAM, 1992

Em uma área natural, em um centro de pesquisa e conservação ou em um museu, por exemplo, os mesmos estudantes que são identificados como cativos em uma escola, irão assumir a postura do público não cativo, mesmo que participem de uma visita com finalidade educacional. Eles esperam uma experiência diferente do ambiente escolar. Se uma apresentação tem um teor puramente informativo e formal, certamente não despertará o interesse desse público.

Acrescenta-se que as atividades de interpretação podem ser desenvolvidas fora do ambiente das unidades de conservação e centros de pesquisa e conservação, como, por exemplo, no ambiente escolar, comunidades, eventos e outros locais e situações que sejam considerados de interesse dos planejadores e intérpretes.

Teoria da hierarquia das necessidades básicas (Maslow)

Todos os perfis de público têm em comum características que podem interferir negativamente no aproveitamento das atividades interpretativas propostas, independentemente do contexto. Em estudos sobre o comportamento humano realizados na segunda metade do século XX, Abraham Maslow identificou que as pessoas somente podem se sentir plenamente realizadas, se suas necessidades básicas e intermediárias forem atendidas em primeiro lugar¹⁴.

O autor organizou as necessidades humanas de forma hierárquica, formando uma figura conhecida como a Pirâmide de Maslow. Na base da pirâmide estão as necessidades básicas e, somente se essas forem satisfeitas, será possível buscar a satisfação das necessidades dos níveis superiores. Nesse contexto, uma experiência de visita de qualidade a uma unidade de conservação, por exemplo, estaria relacionada à necessidade de autorrealização. Para conseguir satisfazer essa necessidade do público, o intérprete deverá observar se as outras necessidades já estão sanadas.



Figura 3 - Adaptação da Pirâmide de Maslow ao contexto da visita em unidades de conservação
Fonte: ICMBio, 2018

14 Maslow, 1954

Ao iniciar um passeio, o público deve estar confortável, com suas necessidades básicas satisfeitas e cientes sobre a existência ou não de banheiros, fontes de água potável e grau de dificuldade do passeio. Se durante a atividade os visitantes não estiverem bem, não prestarão atenção a qualquer mensagem que se queira passar. Durante o passeio, com ou sem o acompanhamento de condutor, os visitantes devem se sentir seguros. Em visitas com o acompanhamento do condutor, é importante que se sintam reconhecidos, motivados e felizes, e só então eles estarão preparados para ter a sua experiência interpretativa.

Quando se permite um tempo para que as pessoas satisfaçam suas necessidades básicas e intermediárias, abre-se a oportunidade para elas aproveitarem completamente o passeio, caminhada ou a experiência interpretativa¹⁵.

Assim, cuidados com a disposição de estruturas e/ou informações adequadas para que os visitantes se sintam seguros e compreendam as condições das atividades que realizarão, são fundamentais para se oferecer uma experiência de visitação de boa qualidade.

4.3. UTILIZAÇÃO DE MEIOS APROPRIADOS

Para transmitir a mensagem interpretativa é necessário o uso de meios apropriados, que podem ser utilizados individualmente ou de forma combinada. Para a escolha dos meios, deve-se considerar as suas vantagens e desvantagens, tendo em vista o perfil de público, as características do local, os recursos financeiros disponíveis, a capacidade local para a manutenção e o impacto que pode trazer para atingir os objetivos da interpretação.

Os meios interpretativos se dividem em interpretação pessoal e não pessoal.

Interpretação pessoal

A interpretação é pessoal quando existe interação direta entre o intérprete e o público.

Essa é uma das ferramentas de interpretação mais poderosas que existem, pois o intérprete pode adaptar sua apresentação conforme o público. Pode ser feita através da condução em uma trilha ou centro de visitantes, museu e outros espaços, da realização de uma apresentação em um auditório, de palestras

15 Brochu & Merriman, 2002



Condutor de visitantes da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, Alagoas

Foto: Beatriz Gomes

temáticas em diferentes locais, da representação/encenação de situações históricas ou culturais, do atendimento em um balcão de informações ou ao telefone, de rodas de conversas, dentre outras atividades.

Trata-se de um serviço que deve ser planejado e executado de acordo com o conceito de interpretação ambiental e, preferencialmente, concebido a partir de um plano interpretativo. Os serviços de interpretação ambiental podem ser realizados por autorizatários, permissionários, concessionários, condutores, voluntários, servidores, comunitários, entre outros, desde que capacitados em interpretação ambiental.

Para o uso desse meio é importante que o intérprete seja bem capacitado, compreenda muito bem os recursos a serem interpretados e conheça, ou seja capaz de identificar, o perfil de seu público. O intérprete deve buscar um jeito próprio de compartilhar a mensagem interpretativa de uma forma natural. Muitos intérpretes possuem talento nato para isso, outros, por meio de capacitações e treino, conseguem desenvolver essa habilidade. É importante que o intérprete consiga se diferenciar de um palestrante comum ou de um professor numa sala de aula formal.



Visita guiada - coleção osteológica Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia
Foto: Josângela Jesus



Palestra temática
Foto: Fernando Tatagiba



Demonstração da retirada de látex
no Museu do Seringal, Amazonas
Foto: Josângela Jesus



Visita guiada no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Foto: Marco Sarti/WWF Brasil-Acervo ICMBio



Atendimento na recepção do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Goiás
Foto: Fernando Tatagiba

Interpretação não pessoal

A interpretação é não pessoal quando é feita por intermédio de ferramentas físicas que promovam a interpretação. Também pode ser chamada de produto de interpretação ambiental e deve ser concebida, planejada e executada de acordo com o conceito, propósito e diretrizes de interpretação ambiental. Preferencialmente, a interpretação não pessoal deve ser elaborada a partir do plano interpretativo da unidade.

Ela inclui folhetos, painéis em centro de visitantes, cartazes, jornais, jogos interativos, sinalizações, filmes, *spots* de rádio, maquetes, dispositivos eletrônicos, *websites*, *podcasts*, aplicativos e outros meios que dispensam a presença de uma pessoa intermediando o processo da comunicação no ato da interpretação.

A interpretação não pessoal pode ser bastante rica e, muitas vezes, poderá ser a técnica mais apropriada para a situação, mas, sempre que possível, não deve substituir a interpretação pessoal. Por outro lado, Tilden¹⁶ acredita que “um bom resultado por dispositivo é melhor do que uma performance pobre por um indivíduo”.

16 Tilden, 2007



Sinalização interpretativa no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Minas Gerais

Foto: Acervo ICMBio



Sinalização interpretativa na Floresta Nacional do Tapajós, Pará
Foto: Beatriz Gomes

A maioria dos visitantes terá contato apenas com meios de interpretação não pessoal. O Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, por exemplo, identificou em uma pesquisa, que somente 22% dos visitantes dos parques nacionais têm contato com intérpretes ao vivo, enquanto 62% dos visitantes têm contato com técnicas não pessoais¹⁷. Dessa forma, é muito importante planejar bem o uso desta ferramenta para que ofereça uma autêntica experiência interpretativa.

Sinalização interpretativa: Meio de interpretação ambiental não pessoal que pode ser utilizado em atividades com condução obrigatória ou facultativa, com objetivo de transmitir mensagens que provoquem conexões emocionais entre o patrimônio protegido e o público.

17 Caputo et al., 2008



Exposição no centro de visitantes do Parque Nacional do Pau Brasil, Bahia
Foto: Beatriz Gomes



Painel expositivo no Centro de Visitantes Paineiras - Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro
Foto: Josângela Jesus



Vídeo no Centro de Visitantes Paineiras no Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro
Foto: Josângela Jesus



Material impresso - Cartilhas sobre o Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná
Foto: Beatriz Gomes



Painel interativo no Centro de Visitantes do Parque Nacional do Itatiaia, Rio de Janeiro
Foto: Acervo ICMBio



Maquete no Centro de Visitantes Paineiras, no Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro
Foto: Josângela Jesus

5. As Qualidades Essenciais da Interpretação

Ao planejar um serviço ou produto interpretativo, pessoal ou não pessoal, há que se ter em mente que as técnicas apropriadas, ou seja, as estratégias de abordagem do visitante, são um diferencial desta ferramenta em relação a outras formas de comunicação. Deve-se levar em conta, também, as características do público das unidades de conservação.

A definição de métodos e técnicas para as melhores práticas da interpretação parte, principalmente, do potencial da ferramenta em provocar, em estimular a compreensão da mensagem a partir de experiências intelectuais e emocionais, indo além de simplesmente informar. Partindo dessa premissa, diferentes autores propuseram um conjunto de características que devem ser observadas para que o produto ou serviço interpretativo alcance seu objetivo.

Finalidade

A interpretação está relacionada a uma missão ou objetivo¹⁸. A provocação despertada pela interpretação, portanto, não é aleatória, mas tem uma finalidade.

Um produto ou serviço interpretativo deverá ter um **propósito** a ser alcançado, que no caso do ICMBio deve ser contribuir para o **alcance da missão** de suas unidades organizacionais e consequentemente a missão institucional.

Para que a comunicação seja efetiva e alcance sua finalidade, a transmissão da mensagem deve ser feita de forma convincente, por meio de produtos ou serviços que sejam interessantes, de forma que atraiam e mantenham a atenção do público. Sam Ham¹⁹, após uma ampla pesquisa sobre a reação das pessoas à comunicação quando ela é bem realizada, definiu o modelo das quatro qualidades essenciais para a abordagem interpretativa alcançar seu objetivo: ela deve ser agradável, temática, organizada e relevante.

¹⁸ Brochu & Merriman, 2008

¹⁹ Ham, 1992

Agradável

Os visitantes das unidades de conservação e centros de pesquisa são, em sua grande maioria, um público não cativo. Para captar sua atenção, de forma que ele escolha participar da atividade ao invés de fazer outra coisa, a interpretação deve ser amena, atrativa e agradável. Se a mensagem é apresentada de forma pouco atraente, não prenderá a atenção do visitante, pois, “A mente tende ir até onde encontra a informação mais gratificante”²⁰. Essa estratégia é importante também para o público cativo, pois são técnicas que potencializam a assimilação do conteúdo que se quer repassar.

O uso do humor, da música e a interação com o visitante em um ambiente informal são algumas das estratégias que captam a atenção e tornam as apresentações agradáveis e divertidas. Entretanto, é fundamental que não se perca de vista o propósito do uso da ferramenta, considerando que o componente de entretenimento em um produto ou serviço interpretativo tem uma finalidade, ele é importante para a qualidade da experiência do visitante e sua satisfação em relação à visita. Cabe ressaltar, ainda, que nem sempre os assuntos relevantes serão “leves” e alegres. Assuntos densos ou acontecimentos tristes também mantêm a atenção e o visitante pode se sentir instigado desde que a mensagem seja convincente e desperte seu interesse.

Algumas estratégias para captar e manter a atenção do público são a utilização de metáforas, analogias, personificações, demonstrações de causa e efeito, a diversificação de linguagens para passar a mensagem (como a visual e a sonora, além da verbal), a união de aspectos científicos à cultura local, a utilização de linguagem clara e coloquial, a utilização de um tom de voz convidativo, uso do humor, promoção da participação ou interação do público etc²¹.

20 Ham, 2014

21 Ham, 2014; Mayer et al, 2012

Quando as mensagens não são alegres, mas são relevantes:

As contaminações que resultam em tragédias ambientais, por exemplo, podem ser apresentadas de forma que o visitante **faça relação entre a gravidade do fato e como sua vida**, ou a sociedade em geral, poderá ser afetada (causa e efeito). Nessas situações, o uso de **recursos visuais**, principalmente o uso de imagens, tende a ser tão impactante quanto os recursos textuais e despertará o interesse do público.

Temática

A interpretação utiliza como estratégia a comunicação temática. O tema é a ideia central que se quer passar para o público através de produtos ou serviços interpretativos. Uma apresentação não é efetiva se ela somente entretém os visitantes, mas não tem uma mensagem central que atenda a um propósito. Para Tilden²², “a história é o que importa”, pois os visitantes lembrarão de uma história, mas não dos detalhes isolados.

Metodologicamente, um tema é uma frase completa, construída com os atributos tangíveis e intangíveis relacionados a uma ideia central sobre determinado tópico. De um mesmo tópico, podem derivar vários temas e suas definições auxiliam no planejamento de um produto ao delimitar o enfoque, o que será abordado e o que não será. Isso também otimiza a atuação do intérprete ou o planejamento do produto pois, além de indicar por onde começar, também delimita até onde se deve ir. Basear-se somente em tópicos, como assuntos gerais, deixa o intérprete sem um norte, sua apresentação fica sem direção²³.

Um tema deve oferecer uma base que provoque uma reação da audiência sobre algo, de forma que se aproprie e se transforme²⁴. Portanto, o planejamento do tema deve ir além da intenção do que se quer comunicar, mas também avaliar o que se pretende impactar na audiência como resultado da experiência interpretativa. Conhecer as características do público é fundamental, pois influenciam a maneira como pode ser potencialmente impactado.

²² Tilden, 2007

²³ Ham, 2014

²⁴ Larsen, 2003 apud Ham, 2014

Temas bem elaborados motivam o visitante a processar a mensagem fazendo conexões com o que considera relevante e, assim, a comunicação temática somada à aplicação das demais qualidades essenciais em um produto interpretativo potencializam que a interpretação alcance sua finalidade²⁴.

Tópicos são assuntos gerais, que podem ser apresentados em uma palavra ou expressão simples, por exemplo, “água”, “pintura rupestre”, “onça pintada”, “biodiversidade marinha”.

Temas estabelecem o recorte ou contexto que se pretende abordar sobre um determinado tópico. São expressos por frases completas, porém curtas, e trazem a ideia não só do fato ou dado (aspecto tangível) mas também do significado (aspecto intangível). Exemplo: “A água, força que moldou a paisagem do Vale do Peruaçu, é a mesma que cria monumentos espetaculares.”

Organizada

A interpretação é organizada quando a audiência não tem dificuldade em seguir a lógica condutora da mensagem, quando ela é fácil de acompanhar. Como se trata de um público não cativo, se exigir muita dificuldade, rapidamente o visitante desviará sua atenção. Portanto, em um produto ou serviço interpretativo a mensagem deve ter uma introdução, desenvolvimento e conclusão, com os conceitos organizados em uma sucessão coerente que facilite sua assimilação.

No processo de planejamento de produtos, caso se tenha um tema central muito complexo, deve-se trabalhar com até três ou no máximo quatro subtemas, para não sobrecarregar a audiência. Esse número vem de estudos referentes à capacidade humana de processar informações dando sentido a elas²⁴.

Na interpretação, “menos é mais”. De nada adianta bombardear o visitante com quantidades excessivas de conteúdo que não serão lembrados depois. O que é essencial na mensagem que se quer transmitir? O público decide muito rapidamente se vale a pena ou não o esforço de focar sua atenção e, neste processo, a organização da mensagem faz a diferença para essa decisão.

Agrupar as informações em ordem cronológica ou em categorias, como **introdução, títulos e subtítulos**, em qualquer tipo de mídia (palestra, exposição, folder ou site de Internet), além das estratégias de **layout** e uso de **recursos visuais** (como imagens ou blocos de texto ressaltados por cores diferentes) passam a impressão que o conteúdo não é excessivo, motivando o público a manter sua atenção.

Relevante

Para ser considerada relevante, a interpretação tem que ser significativa e pessoal para o público. A informação se torna significativa quando o público a conecta com algo que já estava em sua mente, ou seja, algo que já trazia de sua “bagagem pessoal”. Como bem ressalta Sam Ham²⁵, “quando ouvimos ou vemos algo que não se relaciona com nada que conhecemos, isso não possui significado para nós”.

Para ser pessoal, a informação não deve apenas se relacionar com algo que o visitante conheça, ela deve ser considerada relevante por ele²⁶. Mas como tornar relevante? Utilizando os intangíveis universais, que potencializam o impacto emocional pois nos conecta ao que nos faz humanos, nos envolve e nos faz “sentir”.

Sam Ham também apresenta as técnicas da auto referência e de “classificar” como estratégias para tornar a interpretação mais pessoal. A auto referência é fazer com que as pessoas relacionem o que está sendo apresentado com suas próprias vidas. Isso pode ser feito utilizando-se pronomes pessoais como: “quando foi a última vez que você...?” ou “você sabiam que ...?”.

Já a técnica de “classificar” é muito utilizada na publicidade, quando se associa um grupo de pessoas em relação a alguma ideia: “os brasileiros gostam muito de futebol” ou “as pessoas que vivem no Brasil...”. Ao utilizar essa técnica, deve-se atentar para que a audiência se associe ao que está sendo apresentado. Quem não gosta de futebol pode se sentir excluído, por exemplo. Há que se ter tato e

25 Ham, 2014

bom senso, evitando-se o uso de exemplos que façam juízo de valor, e dando preferência a classificações que se refiram a algo importante para seu público ou que valorizem algo positivo na mensagem a ser passada: “as pessoas que compreendem a importância das unidades de conservação...”, “se você se preocupa com a fauna silvestre...”.

Como tornar a informação significativa e pessoal?

O **uso de analogias, contrastes, similaridades ou metáforas**, a partir de assuntos cotidianos, é a melhor alternativa **para relacionar assuntos técnicos com algo que o visitante já conheça** previamente. Não se deve esquecer, também, de utilizar **intangíveis universais**.

Exemplos:

“A floresta é a farmácia das famílias ribeirinhas.”

“Uma história forjada em sangue, suor e lágrimas.”

Ao se utilizar as qualidades essenciais da interpretação, há três resultados que ressaltam como a ferramenta pode fazer a diferença em um processo de comunicação estratégica, que são: **enriquecer as experiências do público, conseguir sua estima** (seja por uma instituição ou recurso interpretado) e **influenciar seu comportamento em relação aos recursos**, fortalecendo a proteção dos mesmos como consequência da mudança de atitude em relação a eles²⁶. E esses resultados já haviam sido destacados há muitos anos em uma diretriz do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos para seus agentes de campo, considerada por Tilden como um “mantra” para os intérpretes²⁷: **“por meio da interpretação, entendimento; pelo entendimento, apreço; pelo apreço, proteção.”**

26 Ham, 2014

27 Tilden, 2007

Por uma questão didática, para facilitar a memorização dos conceitos, Sam Ham apresentou as qualidades essenciais em várias publicações como modelo EROT ou TORE (em inglês) e AROT (em espanhol). Outros autores fizeram suas próprias complementações com outras letras relacionadas a qualidades também consideradas pertinentes, como Tim Merriman e Lisa Brochu (2008, apud HAM, 2014), que estabeleceram a sigla POETRY para as palavras em inglês, adicionando o “p” de propósito e “y” de *you* (você).

Em uma livre adaptação para o português, pode-se apresentar as qualidades essenciais como o **FATOR V**:

Finalidade

Agradável

Temática

Organizada

Relevante

V de “você”, o intérprete, aquele que planeja e aplica as técnicas de forma que as qualidades essenciais sejam contempladas e a interpretação alcance seu propósito.

6. Objetivos Interpretativos

Os objetivos interpretativos são a representação dos objetivos específicos para interpretação na unidade, e auxiliam no processo de planejamento ao enfocar aspectos da experiência que se pretende proporcionar, a mensagem a ser repassada e os objetivos da gestão com a utilização da ferramenta. São divididos em três âmbitos: intelectual (saibam), emocional (acreditem/sintam) e comportamental (façam). Essa divisão facilita a análise do que se está planejando no que se refere à informação, sensibilização e ação dos visitantes, a fim de dar coerência à proposta, de modo que resulte em mudanças que sejam do interesse da gestão.

Para o desenvolvimento dos objetivos interpretativos utiliza-se a seguinte frase norteadora:

“Como resultado de sua experiência, pretende-se que o público envolvido: saiba que..., sinta que..., acredite que..., e faça...”

No campo intelectual, devem ser descritas as informações mais relevantes a ser passadas em determinada oportunidade interpretativa. Da mesma forma, no campo emocional, são descritos quais pontos devem ser enfatizados para sensibilizar o visitante, levando-o a sentir e acreditar em algo que seja relevante para a gestão de determinada unidade. E por fim, no campo comportamental, devem constar as atitudes que queremos despertar no visitante após a oportunidade interpretativa.

Vale frisar que a essa forma segmentada de se planejar os objetivos interpretativos facilita o estabelecimento de indicadores e metas para o monitoramento dos produtos e serviços, após sua implementação.

7. Plano e Projeto Interpretativo

O ICMBio define **plano interpretativo** como um documento que orienta o desenvolvimento de meios e serviços de interpretação ambiental e que considera a missão da instituição, os objetivos de criação da unidade de conservação, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos. Por tudo isso, é um documento de caráter estratégico, que tem a finalidade de planejar como serão divididas e disponibilizadas as oportunidades de interpretação considerando a missão de cada unidade e seus diferentes públicos-alvo. Enquanto plano estratégico, define objetivos, organiza os tópicos mais relevantes para a respectiva unidade de conservação ou centro especializado e apresenta seus temas interpretativos, assim como os meios que devem ser utilizados para cada público.

A partir do plano são elaborados os **projetos interpretativos** específicos, como de sinalização interpretativa para trilhas, para exposições interpretativas, para elaboração de folders etc. Ou seja, numa situação ideal, cada produto interpretativo deve ser elaborado mediante um projeto interpretativo específico, orientado pelo plano interpretativo. Assim, é possível oferecer oportunidades

interpretativas mais agradáveis e efetivas, pois os temas são distribuídos de modo a explorar melhor o potencial de cada atividade, evitando repetições desnecessárias ou lacunas.

Como ocorre com outros documentos de planejamento, o plano interpretativo oferece uma reflexão abrangente que auxilia o gestor na tomada de decisão sobre a alocação de recursos de modo a otimizar sua aplicação. Sua elaboração, portanto, deve ser priorizada em situações de gestão de alta complexidade, quando o gestor necessita de instrumentos que o auxiliem na tomada de decisão sobre quais produtos e públicos deverão ser priorizados ou quando há uma conjuntura favorável para sua elaboração (como capacidade operacional na unidade e recursos disponíveis). Entretanto, a ausência do plano interpretativo não é impedimento para o planejamento de projetos específicos.

Plano interpretativo x plano de comunicação

Assim como acontece com a educação e a interpretação ambiental, também é fundamental diferenciar o plano interpretativo de um plano de comunicação. Embora tenham elementos comuns, como a identificação de públicos-alvo e decisões sobre *o quê* e *como* comunicar, planos interpretativos e planos de comunicação têm objetivos distintos e especificidades próprias.

Resumidamente, o plano de comunicação faz um diagnóstico da forma e objetivos de comunicação de uma organização ou projeto, identifica seus desafios e oportunidades e orienta sobre os canais que devem ser utilizados para cada perfil de público que se pretende atingir. Em geral, é voltado para divulgação de notícias, informações, manter um relacionamento com seu público e ampliar o conhecimento sobre uma instituição, suas finalidades, atividades, resultados etc.

Apesar de o plano interpretativo conter elementos que poderão auxiliar a unidade a planejar e executar ações de comunicação com diversas finalidades, a interpretação é a principal ferramenta a ser utilizada pela equipe para sensibilizar e conectar os diferentes públicos com os recursos protegidos. Ou seja, o plano interpretativo não apenas identifica os públicos prioritários e informa algo de interesse da gestão, mas vai além, pois define estratégias voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços com o propósito de provocar conexões através da revelação dos diferentes significados que um recurso pode ter. Para

isso, ele define objetivos (o que queremos que o público saiba, sinta, acredite e faça), temas prioritários, públicos-alvo, meios de abordagem etc.

Por outro lado, para divulgação de informações objetivas, como orientações sobre segurança, normas da unidade, atrativos disponíveis e avisos em geral, deve-se priorizar outras estratégias de comunicação, utilizando a interpretação, quando possível, como reforço da mensagem.

O processo de construção do plano interpretativo

A elaboração do plano interpretativo é realizada sempre com o envolvimento da equipe da unidade e deve ser conduzida de maneira participativa, com realização de pelo menos uma oficina com atores locais relevantes. Estes devem ser identificados entre aqueles que possuem interface direta ou potencial com a unidade e os recursos por ela abarcados, de forma a colher subsídios quanto aos atributos e significados mais importantes que lhes são conferidos por outras partes que não o ICMBio. Desse modo, pode-se ampliar ideias de mensagens e conceitos tangíveis e intangíveis, bem como melhor identificar públicos-alvo. A democratização do processo de construção ainda promove a apropriação do plano por parte da sociedade envolvida com a unidade e facilita sua implementação.

Em geral, o processo de elaboração de um plano leva pelo menos seis meses, já que há necessidade de maturação das discussões, desde a oficina inicial até o refinamento e elaboração da minuta a ser apresentada ao conselho da unidade de conservação e outras instâncias de consulta que se julgar necessário, para sugestões ou adequações adicionais.

Participar da elaboração de um plano interpretativo pode ser como um “abrir de olhos”. É importante não cair na armadilha de buscar o caminho mais rápido e fácil, por acreditar que a construção do documento é muito demorada, cara ou desnecessária. É comum que o processo de planejamento traga novas informações e estimule meios inovadores de pensar, que levam a soluções mais criativas e efetivas, que provavelmente nunca seriam exploradas se não fosse esse processo. O planejamento também ajuda a apontar as questões mais relevantes para a gestão refinando objetivos e definindo prioridades e estratégias. Mas, provavelmente, o mais importante é que um bom plano interpretativo é o primeiro passo para se ter visitantes satisfeitos, pois ainda que eles jamais vejam o documento

escrito, são os principais beneficiários da sua implementação. Se prestamos suficiente atenção aos desejos e necessidades dos diferentes públicos durante o processo de planejamento, os resultados refletem positivamente a instituição nos olhos dos públicos-alvo²⁸.

Também é importante ressaltar que enquanto um bom plano interpretativo proporciona diversas realizações, existem outras coisas que o planejamento, sozinho, não é capaz de fazer. São as pessoas, e não os planos, que fazem as coisas acontecerem, embora um bom plano torne isso muito mais fácil. Ou seja, um bom plano interpretativo não irá gerar resultados se não houver compromisso com sua implementação. O planejamento também não pode garantir a qualidade dos resultados, já que na maioria dos casos, é apenas o primeiro de três passos. O desenvolvimento e a execução dos projetos são os passos seguintes e, se não houver coesão entre eles, os resultados podem ser bastante diferentes do que foi inicialmente almejado²⁹.

No caso do ICMBio, as unidades-piloto para elaboração de planos interpretativos com participação da equipe técnica ampliada, dentro do processo de institucionalização da interpretação ambiental, foram a Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Nacional de Anavilhanas, como áreas demonstrativas no âmbito da parceria do ICMBio com o USFS e USAID. O [Parque Nacional Marinho dos Abrolhos](#) foi a primeira unidade de conservação que teve seu plano interpretativo desenvolvido exclusivamente por uma equipe do ICMBio, o que representa um marco na evolução da estruturação da interpretação na instituição e sinal de que este tema atingiu um novo estágio de maturidade institucional

O processo de elaboração de um projeto interpretativo

A elaboração de projetos interpretativos é mais simples que o processo de elaboração de um plano interpretativo, mas também demanda uma equipe e colaboração, de modo que todos possam contribuir, até porque existem projetos interpretativos que podem ser bastante complexos. Basta rever as diretrizes para interpretação ambiental do MMA (vide apêndice – ano 2006, p.63) e do ICMBio para lembrarmos da importância de se ter um processo participativo e multidisciplinar.

28 Brochu, 2003

Pode haver necessidade de uma reunião para se colher subsídios de vários atores sociais, dependendo da complexidade do projeto, mas isso deve ser encarado como exceção à regra. No geral, os projetos são mais focados em recursos específicos, que uma boa equipe pode desenvolver com apoio de alguns parceiros locais, como guias ou moradores.

Em todo caso, é fundamental que se desenvolva o projeto interpretativo segundo as diretrizes institucionais e roteiro estabelecido pela CGEUP, de forma a se ter uma padronização dos requisitos constantes no produto ou serviço interpretativo, qualidade, uniformização de linguagem e procedimentos, envolvendo todo o ciclo, desde a concepção até o monitoramento dos resultados para ajustes necessários.

8. Monitoramento

Ser capaz de identificar quanto dos objetivos da interpretação foram atingidos é essencial para a melhoria do processo e para dar visibilidade à interpretação ambiental. Tão importante quanto executar um projeto, é saber se ele está alcançando seus objetivos. Por meio do monitoramento de planos, produtos e serviços, é possível mensurar o alcance das ações.

Genericamente, segundo Ham e Weiler²⁹, os objetivos de ações interpretativas podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- Proteger os visitantes de perigos no local.
- Proteger o patrimônio.
- Melhorar as experiências dos visitantes.
- Fortalecer a Instituição.

Alguns objetivos vinculados à experiência do visitante, como por exemplo, mudanças de comportamento em função da ação de interpretação, são mais difíceis de serem mensurados. Em compensação, vários modelos de comunicação como as qualidades essenciais da interpretação³⁰, ELM³¹ e *Mindfulness Model*³²

29 Ham e Weiler, 2005

30 Ham, 2003

31 *Elaboration Likelihood Model of Persuasion*, Petty e Capoccio, 1986

32 Moscardo, 1999

já indicam que o prazer em participar de uma atividade interpretativa é diretamente proporcional às mudanças de atitude e ao nível de conscientização do visitante. Já objetivos institucionais, com retorno à gestão, conhecimento sobre a UC etc. necessitam de menos esforço para serem verificados³³.

O monitoramento estabelece uma lógica de aprimoramento constante. A partir da leitura de indicadores da situação inicial é possível comparar a evolução dos resultados ao longo do tempo. Cada ciclo envolve adaptações estabelecidas com base nos resultados verificados, gerando sempre versões aprimoradas. Portanto, o monitoramento é uma atividade sistemática e cíclica de acompanhamento da evolução de determinada situação. A Figura 4 ilustra, esquematicamente, o ciclo de monitoramento da efetividade das ações de interpretação ambiental.

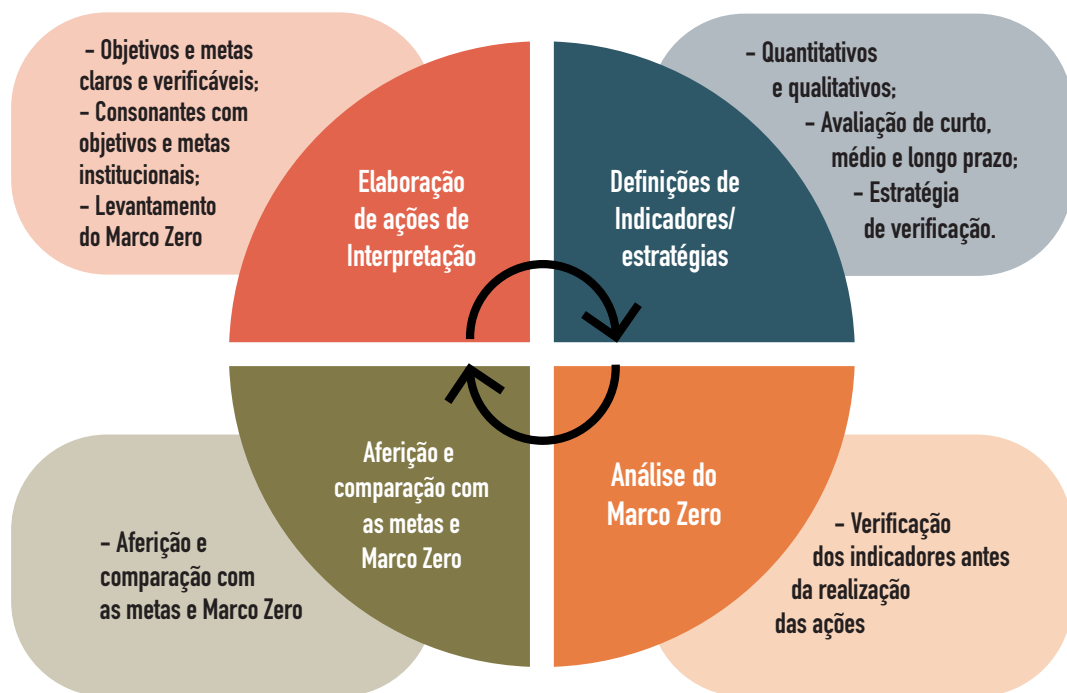


Figura 4 – Ciclo de Monitoramento da Efetividade das Ações de Interpretação Ambiental
Fonte: ICMBio, 2018.

33 Wearing et al, 2008

As ações, seus objetivos e metas

Para garantir um ciclo de monitoramento que reflita a execução de seu projeto é importante ter objetivos claros e metas que atendam a tais objetivos. Assegurar que objetivos institucionais, interpretativos e vinculados à expectativa dos visitantes façam parte do ciclo de monitoramento, é peça chave para o entendimento mais amplo do potencial das ações de interpretação.

A importância dos indicadores

Na avaliação da efetividade das ações de interpretação ambiental, o esforço principal se concentra no monitoramento de indicadores e nas ações de aprimoramento. Os elementos estruturantes do trabalho de monitoramento são os indicadores. Assim a partir dos objetivos e das metas de cada ação interpretativa, identifica-se quais indicadores serão apropriados, considerando as peculiaridades do local e as condições de verificação.

À medida que o trabalho progride, este conjunto deve ser atualizado, partindo de um grupo inicial de indicadores com prazo estabelecido para incremento de novos. Em outras palavras, deve-se pensar em um processo gradual de aprimoramento de indicadores e dos meios de aferimento. No entanto, não deve ser desconsiderada a importância da construção de linhas históricas, que somente são possíveis a partir de levantamentos contínuos replicando o mesmo método.

A definição de indicadores adequados é uma tarefa a ser realizada pela equipe da UC ou centro de pesquisa com a participação de uma rede de colaboradores. Neste processo, é desejável contar com apoio de pesquisadores, especialistas, visitantes experientes, condutores, lideranças locais com informações históricas, moradores, entre outros. Estes atores certamente terão muito a acrescentar.

O indicador escolhido deve ser analisado considerando aspectos como: simplicidade, operacionalidade, aplicabilidade, recursos humanos na coleta e análise de dados, prós e contras inerentes ao indicador. Deve-se ainda considerar se o indicador monitorado se refere a um processo (indicação de implementação adequada ou não) ou ao alcance de resultados (indicação se a implementação gerou ou não o resultado esperado).

OBJETIVO	META	INDICADOR	SUGESTÕES DE USO POR TIPO DE PRODUTO INTERPRETATIVO	MEIOS DE AFERIÇÃO
Diminuição do vandalismo nos atrativos da UC	X% dos sítios sem vandalismo	Presença de vandalismo nos atrativos da UC	Trilhas interpretativas, placas e painéis, presença de condutor, exposição interpretativa, materiais gráficos e outros.	Observação direta nos atrativos
Diminuição da alimentação e perturbação dos animais silvestres	X% de redução de n. de ocorrência de animais alimentados por visitantes	Número de ocorrências de animais alimentados por visitantes na UC	Trilhas interpretativas, placas e painéis, presença de condutor, exposição interpretativa, materiais gráficos e outros.	Monitoramento em campo ou registro de queixa na saída
Estímulo a empatia e interesse dos visitantes pelas comunidades tradicionais e seus modos de vida	X% dos visitantes que manifestem interesse em participar de festividades e eventos locais	Respostas positivas de intenção dos visitantes em conhecer e/ou participar de festividades e eventos locais	Meios e técnicas de interpretação não pessoal e pessoal	Questionário

Quadro 2. Exemplos de indicadores para estimular a criatividade no desenvolvimento do ciclo de monitoramento.

O Marco Zero

O Marco Zero, ou linha de base, é a situação antes da implementação das ações interpretativas. A verificação dos indicadores já no marco zero orienta o estabelecimento de metas condizentes com a realidade e possibilita uma análise comparativa do antes e depois da implementação das ações.

A avaliação dos resultados

A última etapa constitui na avaliação dos indicadores monitorados e no planejamento das ações para, através de um sistema adaptativo, aprimorar a efetividade das estratégias de interpretação ambiental na unidade. O manejo adaptativo está relacionado com o aprendizado através da prática. Assim, cada adaptação é construída com base nos resultados obtidos em um processo sistemático de melhoria contínua das ações planejadas e implementadas.

A implementação de monitoramento de ações interpretativas é uma tarefa ousada, não somente pelo leque de possibilidade, mas principalmente pela complexidade de muitos de nossos objetivos. Diante desse desafio, não se espera que este material ofereça respostas mas que provoque reflexões e desperte a criatividade na busca de um monitoramento que reflita a execução do projeto e resulte no aprimoramento das ações de interpretação ambiental.

REFERÊNCIAS E LITERATURA SUGERIDA



LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto N° 84.017 de 21/09/1979. **Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>.

BRASIL. Lei N° 9.795 de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental,** 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>.

BRASIL. Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm >.

ICMBIO. Instrução normativa nº 7, de 21 de dezembro de 2017. **Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais.** Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/12/2017&jornal=515&pagina=44> >

BIBLIOGRAFIA

BECK, L; CABLE, T. T. **The Gifts of Interpretation: Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture.** 3a. ed. Urbana, EUA: Sagamore Publishing LLC , 2011. p.205

BROCHU, L. **Interpretive planning: the 5-M model for successful planning projects.** Fort Collins: InterpPress, 2003.

BROCHU, L.; MERRIMAN, T. **Capacitación para Guías Interpretativos: libro de trabajo.** Fort Collins (USA): Asociación Nacional para la Interpretación, 2003.

BROCHU, L.; MERRIMAN, T. **Personal interpretation: connecting your audience to heritage resources.** 2a. ed. Fort Collins (USA): InterpPress, 2008. p. 102.

BUCHHOLZ, J. **The interpreter's Guidebook: techniques for programs and presentations.** Fourth edition / by Jim Buccholz, Brenda Lackey, Michael Gross, Ron Zimmerman. Stevens Point, Wisconsin (USA): UWSP Foundation Press, Inc, 1978.

CAPUTO, P.; LEWIS, S.; BROCHU, L. **Interpretation By Design: graphic design basics for heritage interpreters.** Fort Collins (USA): InterpPress, 2008.

CRAIG, R. B. Introduction to the Fourth edition. In: BRUCE CRAIG, R. (Ed.). **Interpreting our Heritage.** 4a ed., at ed. Chapel Hill, EUA: Editora da Universidade da Carolina do Norte, 2007. p. 212.

DELGADO, J. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, C. (ORG. . (Ed.). **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental.** São Paulo: Chronos, 2000. p. 190.

ICMBIO. **Relatório da Oficina da Equipe Ampliada de Interpretação Ambiental - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros Alto Paraíso de Goiás, 19 a 23 de junho de 2017.** [s.l: s.n.].

HAM, S. **Interpretación ambiental – Una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequenos.** Golden Colorado, USA: Fulcrum Publishing, 1992.

Ham, S. **Ecotourism-making a difference by making meaning. Keynote address to the Ecotourism Association of Australia.** 2003. 10p

HAM, S.; WEILER, B. **Interpretation evaluation tool kit methods and tools for assessing the effectiveness of face-to-face interpretive programs.** Golden Coast, Australia: Fulcrum Publishing, 2005. 78p.

HAM, S. **Interpretación: para marcar la diferencia intencionadamente.** Asociación para la Interpretación del Patrimonio, España, 2014.

IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica.** Brasília: IBAMA, 2002.

ICMBIO. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais**. Brasília: ICMBio, 2009.

ICMBIO. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação**. Brasília: ICMBio, 2011.

INTERPRET EUROPE. **Engaging citizens with Europe's cultural heritage - How to make best use of the interpretive approach**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/ie_engaging_citizens_with_europes_cultural_heritage.pdf>.

LARSEN, D. L. **Meaningful Interpretation: how to connect hearts and minds to places, objects and other resources**. 2. ed. [s.l.] Eastern National, 2011. p. 242.

LEFTRIDGE, A. **Interpretive Writing**. Fort Collins (USA): InterpPress, 2006.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York, Harper, 1954.

MAYER, C., FINCHUM, R., MURIEL, M.E., LIPPIT, B. (Editores). (2008 - versão original). **O Manual de Habilidades de Interpretação em Áreas Protegidas**. Versão em Português, 2012. Center for Protected Area Management. Fort Collins, Colorado.

MMA. **Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MMA; ICMBIO. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012.

MMA; MEC. **Educação Ambiental - Por um Brasil Sustentável - ProNEA, Marcos Legais & Normativos**. 4a. ed. Brasília: MMA, 2014.

MOSCARDO, G. **Making Visitors mindful: Principles for Creating Sustainable Visitor Experiences through Effective Communication**. Champaign: Sagamore Publishing, 1999.

NAI. **National Association for Interpretation**. Disponível em: <<http://www.interp-net.com/>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

NPS. 2007. **Foundations of Interpretative Development Program**. Disponível em <https://www.nps.gov/idp/interp/101/FoundationsCurriculum.pdf> Acesso em 16 de julho de 2018.

PEREIRA, E. M. Interpretação: valor adicional ao turismo sustentável. In: NELSON, S. P. (Ed.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Editora Valer, 2004. p. 138–178.

PETTY, R.E.; CACIOPPO, J.T. The **Elaboration Likelihood Model of Persuasion**. Advances in Experimental Social Psychology. V. 19. Iowa City: University of Iowa, 1986. Disponível em: <http://www.psy.ohio-state.edu/petty/documents/1986ADVANCESsPettyCacioppo.pdf>.

PROJETO DOCES MATAS. **Manual de Introdução à Interpretação Ambiental**. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, 2002.

SILVA, D. M. da. **A caracterização da interpretação ambiental pelo conteúdo das mensagens: análise da atividade de um guia no Parque Estadual da Mata dos Godoy: (Londrina/PR)/Débora Rezende Ferreira**. 2012. Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000169948>>.

TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. 4a ed., ex ed. Chapel Hill, EUA: Editora da Universidade da Carolina do Norte, 2007. p.212.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial natural**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

UNWTO. 2014. **Understanding Tourism: Basic Glossary**. Disponível em <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryenrev.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2018.

VASCONCELLOS, J. M. de O. **Avaliação da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato -PR.** 1998. Universidade Federal do Paraná, 1998. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25417>>.

WEARING, S.; EDINBOROUGH, P.; FREW, E. a.; HODGSON, L. **Enhancing visitor experience through interpretation: An examination of influencing factors.** Queensland, Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd, 2008.



APÊNDICE



LINHA DO TEMPO

1979

Regulamento
de Parques
Nacionais – Decreto
nº 84.017/1979

2012

1º Curso de
Interpretação
Ambiental para
servidores do
ICMBio, realizado
com instrutores
do USFS.

2011

Roteiro Metodológico
para Manejo de
Impactos da Visitação

2016

Criação da Equipe
Técnica Ampliada da
CGEUP para inter-
pretação ambiental

2000

SNUC – Lei
n° 9.985/2000

2006

Diretrizes para
Visitação em
Unidades de
Conservação - MMA

2008

Autorização para
atividade de condu-
tor de visitantes – IN
08/2008

2017

ICMBio estabelece
conceitos e diretri-
zes institucionais
para interpretação e
nova metodologia
de elaboração de
Planos de Manejo.

2018

1º Curso de Interpretação
Ambiental para servidores
do ICMBio realizado com
instrutores do próprio
Instituto.
Divulgação da publicação
eletrônica sobre interpreta-
ção ambiental elaborada pela
Equipe Técnica Ampliada.
Realização do 1º Curso de
Multiplicadores em Interpre-
tação Ambiental, no ICMBio -
APA Costa dos Corais.

■ 1979

A interpretação no Regulamento de Parques Nacionais (Decreto 84.017/1979):
[...]

Art 31 - Para recepção, orientação e motivação do público, os Parques Nacionais disporão de Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo e onde se proporcionará aos visitantes oportunidade para bem aquilatar seu valor e importância.

Art 32 - Os Centros de Visitantes disporão de museus, de salas de exposições, e de exibições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Art 33 - Para o desenvolvimento das atividades de interpretação ao ar livre, os Parques Nacionais disporão de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando a melhor apreciação da vida animal e vegetal.[...]

■ 2000

A interpretação no SNUC (Lei nº 9.985/2000): Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

[...]

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. [...]

A interpretação recebeu destaque, ainda, na categoria Parque Nacional:

Art. 11. - O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

■ 2006

A interpretação ambiental nas “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA):

Conceito:

A interpretação é uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local.

Diretrizes:

- Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da unidade de conservação e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.
- Utilizar as diversas técnicas de interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.
- Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.
- Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.
- Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.
- Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

■ 2008

A interpretação é incluída como parte da atividade do condutor de visitantes em unidades de conservação federais pela IN nº 08/2008:

Art. 2º - Para fins desta Instrução Normativa considera-se condutor de visitantes a pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que

recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes, aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos sócio-ambientais nos sítios de visitação.

[...]

Art. 10º - É recomendado que as unidades adotem os seguintes critérios quanto à formação dos condutores de visitantes:

I - que o mesmo seja capacitado de acordo com parâmetros mínimos, que podem seguir o estabelecido por outras instituições habilitadas;

II - o conteúdo mínimo necessário pode seguir o proposto no Anexo I;

[...]

ANEXO I – CONTEÚDO MÍNIMO DESEJÁVEL

[...]

Tema II – trabalho do condutor

[...]

B - atividade de interpretação ambiental;

[...]

A norma foi substituída posteriormente pela IN nº 02/2016, que manteve a atividade interpretativa entre aquelas esperadas do condutor de visitantes:

IN no 02/2016 - Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – condutor de visitantes: pessoa física autorizada pelo Instituto Chico Mendes a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos sócio-ambientais nos sítios de visitação.

[...]

Art. 11 - A formação continuada dos condutores de visitantes deverá ser estimulada pelo ICMBio.

1º Os cursos de condutores de visitantes poderão ser organizados pelo ICMBio ou por outras instituições, respeitando sempre as seguintes orientações:

I – Atender aos parâmetros mínimos de capacitação previstos no Anexo I desta Instrução Normativa;

[...]

Anexo I – Conteúdo mínimo desejável para capacitação dos condutores de visitantes:

[...]

Tema II – trabalho do condutor

[...]

C - princípios de interpretação ambiental;

■ 2011

A interpretação está entre as Diretrizes para o Manejo dos Impactos da Visitação estabelecidas no Roteiro Metodológico Para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais (ICMBio, 2011):

[...]

4. Considerar a educação e a interpretação ambiental, de forma interativa e envolvente, como elementos fundamentais para diminuição dos impactos à UC.

■ 2012

A partir de 2012 são realizados diversos eventos de capacitação de servidores do ICMBio no tema da interpretação ambiental, por meio da parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos. O processo envolveu, até o presente, cursos realizados no Brasil em 2012, 2013, 2017 e 2018, visitas técnicas aos Estados Unidos em 2014 e 2015 e desenvolvimento de projetos em áreas demonstrativas na Amazônia e no Cerrado.

■ 2016

A Ordem de Serviço (OS) no 09 de 15/09/2016 estabelece uma equipe técnica ampliada de interpretação vinculada à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), com dez integrantes, com o objetivo de fortalecer e institucionalizar a interpretação do patrimônio protegido pelas unidades de conservação federais como ferramenta de comunicação e sensibilização da sociedade. No ano seguinte foram acrescentados outros quatro servidores à equipe, por meio da OS no 16 de 22/09/2017.

■ 2017

O ICMBio, por meio da equipe técnica ampliada de interpretação ambiental, define seu conceito e diretrizes para interpretação, alinhados às diretrizes do MMA.

Conceito:

A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido.

Diretrizes:

- As ações de interpretação ambiental desenvolvidas na unidade de conservação deverão estar de acordo com os métodos e roteiros estabelecidos pela CGEUP.
- Os planos e produtos interpretativos têm uma intencionalidade que visa contribuir para missão institucional e os objetivos da unidade de conservação.
- Os planos e produtos interpretativos são baseados em informações técnico-científicas e socioculturais e vão além de fornecer dados, pois devem transmitir mensagens que se conectem com o emocional do indivíduo.
- As ações de interpretação ambiental deverão ser planejadas de acordo com cada público-alvo que se pretende alcançar, utilizando-se de técnicas diversificadas.
- Os planos e produtos interpretativos devem, sempre que possível, orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas UC e os serviços de apoio à visita prestados por parceiros.

A interpretação, na IN nº 07 de 21/12/2017, recebeu o status de plano específico, podendo ainda integrar o escopo do planejamento:

Art. 2º- Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, entende-se por:

[...]

IX - planejamento: definição, com base nos objetivos gerais da UC, do propósito, da significância, do zoneamento, das normas, das necessidades de dados e de planos específicos para a gestão da UC e, quando couber, dos subsídios para interpretação ambiental e sociocultural;

[...]

XI - planos específicos: documentos técnicos de planejamento ou de caráter normativo que, seguindo as diretrizes do plano de manejo, contemplam estratégias, ações ou conjunto de normas que orientam a gestão e o manejo de áreas temáticas específicas da UC, tais como planos de proteção, de uso público, de interpretação ambiental, de pesquisa e de uso sustentável de recursos naturais, preferencialmente conforme o catálogo de produtos e serviços do Instituto Chico Mendes;

[...]

■ 2018

1º Curso de Interpretação Ambiental para servidores do ICMBio realizado por instrutores da própria instituição.

Elaboração da publicação sobre interpretação ambiental com os conceitos e diretrizes institucionais sobre o tema.

1º Curso de Multiplicadores em Princípios de Interpretação Ambiental no ICMBio - APA Costa dos Corais.”

GLOSSÁRIO



CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO DO ICMBIO

A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido.

PROPÓSITO

A interpretação ambiental tem o propósito de sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação da natureza e das áreas protegidas, melhorar a qualidade da experiência do visitante e qualificar a visita com fins educacionais.

DIRETRIZES PARA INTERPRETAÇÃO NO ICMBIO

- Desenvolver ações de interpretação ambiental nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação de acordo com os conceitos, métodos e roteiros adotados pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.
- Elaborar os planos e produtos interpretativos com o objetivo de contribuir para a divulgação da missão institucional e dos objetivos das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, em busca de apoio da sociedade para o cumprimento dessa missão.
- Conceber planos e produtos interpretativos baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, capazes de ir além de fornecer dados, e que transmitam mensagens que se conectem com as experiências individuais e provoquem emoções e reações no público.
- Planejar as ações de interpretação ambiental de acordo com cada público que se pretende alcançar, utilizando técnicas diversificadas.
- Utilizar os planos e produtos interpretativos, sempre que possível, para orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas unidades e os serviços de apoio à visita prestados por terceiros.
- Monitorar as ações de interpretação ambiental de forma sistemática, com

o objetivo de aprimorá-las, avaliar seu impacto e o atendimento dos objetivos para os quais foram desenvolvidas.

CONCEITOS RELACIONADOS

INTERPRETAÇÃO PESSOAL

É a interpretação que ocorre presencialmente, entre um intérprete e o público. Exemplos: visita com acompanhamento de condutores, rodas de conversas, teatro.

INTERPRETAÇÃO NÃO PESSOAL

É a interpretação intermediada por qualquer tipo de mídia. Exemplos: sinalização, vídeos, panfletos, exposições, websites, jornais etc.

PLANO INTERPRETATIVO

O Plano Interpretativo é o documento que orienta o desenvolvimento de meios e serviços de interpretação ambiental e que considera a missão da Instituição, os objetivos de criação da unidade de conservação, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos.

SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

São atividades de interpretação pessoal, planejadas e executadas de acordo com o conceito de interpretação ambiental e, preferencialmente, concebidas a partir do plano interpretativo da unidade. Tais serviços podem ser realizados por

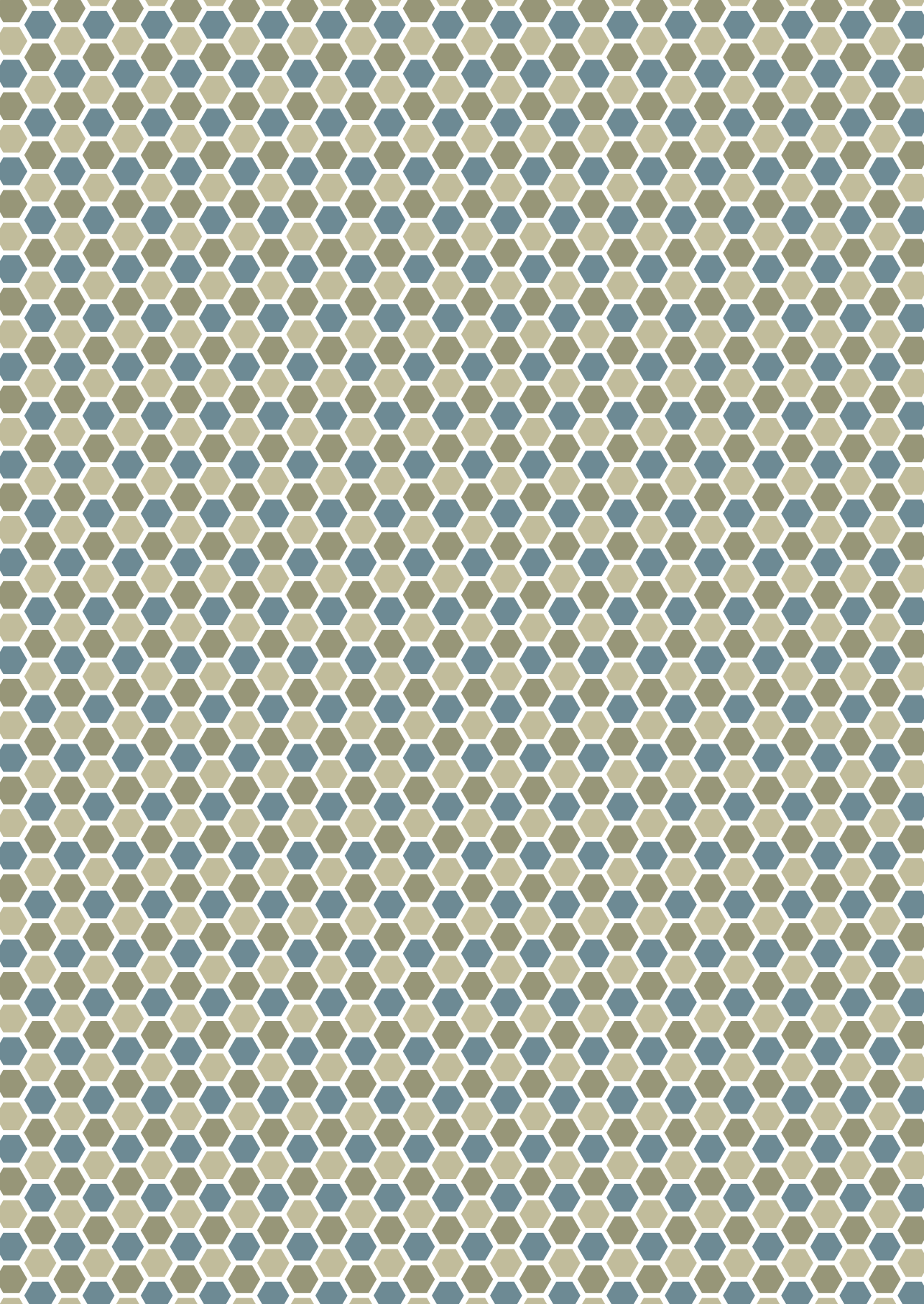
autorizatários, permissionários, concessionários, condutores, voluntários, servidores, comunitários, entre outros, desde que capacitados em interpretação ambiental. São exemplos de serviços de interpretação ambiental: visitas guiadas em trilhas, centros de visitantes e museus, rodas de conversas etc.

PRODUTO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

São materiais de interpretação não pessoal, concebidos, planejados e executados de acordo com o conceito de interpretação ambiental. Preferencialmente devem ser elaborados a partir do plano interpretativo da UC. São exemplos de produtos interpretativos: exposição e sinalização interpretativa, materiais gráficos, vídeos, websites, aplicativos etc.

SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA

Meio de interpretação ambiental não pessoal que pode ser utilizado em atividades com condução obrigatória ou facultativa, com objetivo de transmitir mensagens que provoquem conexões emocionais entre o patrimônio protegido e o público.



-  @icmbio
-  facebook.com/icmbio
-  youtube.com/canalicmbio
-  @icmbio
-  www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

